

União precisa de mais Cz\$ 1 trilhão

SÃO PAULO — A União necessitará de recursos adicionais da ordem de Cz\$ 1 trilhão para fechar o orçamento deste ano. Isso porque as despesas aprovadas pelo Congresso em agosto do ano passado, baseando-se em uma expectativa de inflação anual de 120%, eram de Cz\$ 4 trilhões 500 bilhões. Com o aumento da taxa de inflação, esse número sobe para Cz\$ 5 trilhões 500 bilhões. Pelas previsões anteriores, Cz\$ 3 trilhões seriam obtidos com receitas fiscais e o restante com a colocação de títulos do governo no mercado financeiro.

Como a dívida interna se concentra em títulos de curto prazo, o país se depara com um cenário complicado, em que a polêmica sobre o déficit público deve passar pela necessidade de se saber como fazer o seu financiamento, sem que isso implique perdas para a economia. “Houve uma ruptura do padrão de financiamento do déficit, porque as tradicionais fontes, como empréstimos externos e geração interna de recursos, esgotaram-se”, afirmou o economista Andréa San-

dro Calabi, ex-secretário do Tesouro Nacional, ao participar, ontem, do debate sobre “a responsabilidade das estatais na geração do déficit público”, no seminário das estatais do Estado de São Paulo.

Segundo Calabi não é possível haver uma dissociação entre o setor estatal e o setor privado na economia, porque o primeiro responde por áreas de insumos básicos e matérias-primas essenciais ao funcionamento do segundo. Calabi lembrou que o déficit público, que corresponde a metade do PIB (70 bilhões de dólares referentes à dívida externa e 60 bilhões de dólares relativos à dívida interna), fica bem distante do do Canadá (onde o déficit público corresponde a 80% do PIB) e se iguala, percentualmente, ao dos Estados Unidos.

Outro debatedor, o ex-ministro do Planejamento, João Sayad, acredita que a onda de protestos contra o aumento do déficit público refere-se basicamente aos casos de corrupção e empreguismo, em que a sociedade não tem qualquer meio

de controle dos gastos. “O combate ao déficit público é um assunto que já preocupava os detentores do poder no Império Romano”, ironizou Sayad, para quem o controle do déficit público está atrelado à dívida externa, com renegociação de prazos maiores e juros menores. O governo, por sua vez, adotaria mecanismos de controle, como orçamentos realistas para suas empresas, submetendo-os à análise do Congresso.

“Se a Nuclebrás apresentasse a proposta do programa nuclear ao Congresso, os problemas que gerou seriam certamente amenizados”, comparou Sayad. De certa forma, ele deu razão às críticas formuladas por outro debatedor, o empresário Boris Tabacoff, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor-executivo do Grupo Sharp, que lembrou que boa parte das estatais opera em regime de monopólio, tendo a sua atuação pautada mais pelo poder político, esquecendo-se das leis de mercado que regem as atividades do setor privado.